



Registrando presenças: agricultoras e produtoras metropolitanas em movimento.

Acknowledging presences: metropolitan women farmers and producers in motion.

ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de¹; COIMBRA, Marina Ribeiro²; RODY, Thalita³

¹ Grupo de Estudos em Agricultura Urbana - AUÊ!/UFMG, daniadil.aue@gmail.com; ² Grupo de Estudos em Agricultura Urbana, marinaribeirocsa2014@gmail.com; ³ Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), thalita.rody@gmail.com.

RESUMO EXPANDIDO

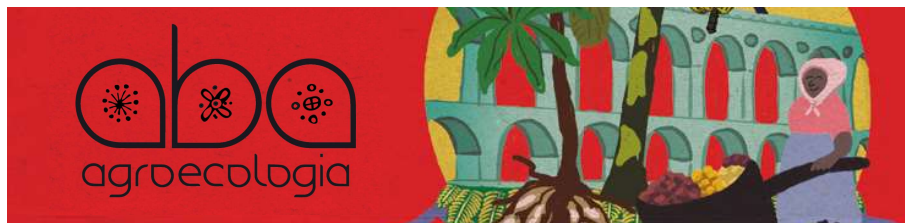
Eixo Temático: Gênero, Feminismos e Diversidades na Construção Agroecológica

Resumo: Esse texto apresenta reflexões a partir de uma experiência que se encontra em movimento na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e busca fortalecer a organização de mulheres agricultoras da região. A experiência articula duas metodologias sociais que integram o campo agroecológico e tem repercussões nacionais e internacionais, - as Cadernetas Agroecológicas e o Sistema Participativo de Garantia (SPG) - mas não são comumente associadas a sujeitos e territórios urbanos.

Palavras-chave: agricultura urbana; sistema participativo de garantia, cadernetas agroecológicas, auto-organização de mulheres.

Um olhar sobre as agriculturas metropolitanas.

Faz relativamente pouco tempo que as práticas agrícolas em territórios urbanos começaram a despertar o interesse de organizações sociais, de setores públicos e da academia no Brasil. Na virada do milênio, especialmente no contexto de debates e formulação de políticas do Programa Fome Zero, esse tema começa a mobilizar as atenções de organizações, fóruns e redes do campo da agroecologia e da soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN). Porém as práticas agrícolas estão presentes nos contextos urbanos desde sempre, marcadas por uma expressiva diversidade de territórios, sujeitos e motivações. Essa diversidade, denominada "agriculturas metropolitanas" em produção recente do Grupo AUÊ! (ANUÁRIO, 2022), parte de uma compreensão ampliada da agricultura além do cultivo de plantas e se expressa em atividades como pesca, criação animal, extrativismo e atividades de transformação, distribuição, comercialização e serviços. Envolve também distintas trajetórias e motivações de quem pratica, podendo ter caráter mais ou menos profissional, ser uma estratégia de sobrevivência ou de autonomia, acontecer em espaços públicos ou privados, de forma individual, familiar, coletiva ou empresarial. Do ponto de vista da relação com o processo de urbanização, as unidades produtivas podem ser encontradas dentro do tecido

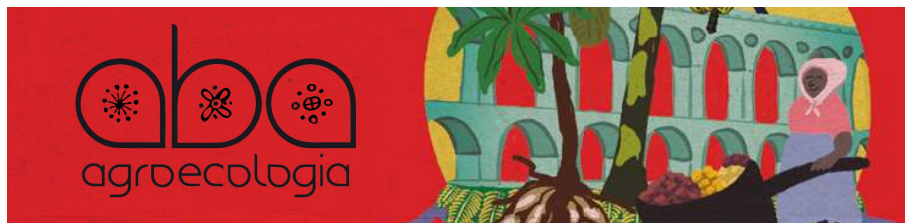


urbano e também nas bordas e áreas de transição para zonas mais rurais, possibilitando reconhecer práticas existentes nos quilombos, terreiros, terras indígenas, em áreas de extrativismo, comunidades rurais e mesmo em grandes propriedades que, com o passar do tempo, vão se integrando às dinâmicas e regiões urbanizadas, mas são recorrentemente associadas a contextos não urbanos. Ao mesmo tempo em que permanecem essas práticas, outras surgem como manifestações contemporâneas de resistência e luta para se viver melhor na cidade. Passados cerca de vinte anos, observamos a multiplicação de iniciativas de políticas públicas, de pesquisas e estudos sobre essas experiências e da articulação social, tanto no âmbito local/regional, como na esfera nacional, a exemplo do Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU). Entretanto, ainda existem lacunas importantes no protagonismo de agricultoras/es metropolitanas/os, notadamente as mulheres, em contraponto aos avanços significativos que aconteceram no Brasil no campo da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais, por exemplo.

Neste sentido, esse texto apresenta reflexões a partir de uma experiência concreta, que se encontra em movimento na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e busca fortalecer a auto-organização de mulheres agricultoras da região. Acontece desde 2021 e articula duas metodologias sociais que integram o campo agroecológico e tem repercussões nacionais e internacionais, - as Cadernetas Agroecológicas e o Sistema Participativo de Garantia (SPG) - mas não são comumente associadas a sujeitos e territórios urbanos.

Duas metodologias que se entrelaçam.

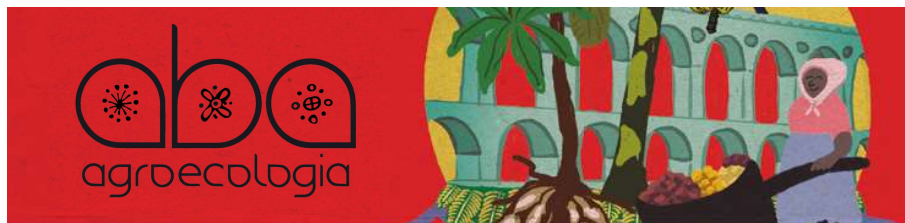
As Cadernetas Agroecológicas, para além da sua concepção como um instrumento político-pedagógico que expressa a magnitude econômica dos trabalhos desempenhados pelas mulheres nos agroecossistemas, pode ser compreendida como um método de economia feminista (NOBRE, 2021) na medida em que incorpora processos de produção e compartilhamento de sentidos e práticas sobre o fazer econômico, desde uma perspectiva feminista não centrada na economia hegemônica. Essa metodologia foi desenvolvida pelo CTA-ZM, em conjunto com o Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas e com o Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA). Apresenta-se como uma estratégia de auto-organização e fortalecimento de redes e coletivos de produtoras em torno da produção, consumo e circulação de produtos agroecológicos. Já o Sistema Participativo de Garantia (SPG) emerge como um mecanismo de controle social para a garantia e certificação da qualidade da produção orgânica, fruto de histórica organização popular, sendo o Brasil pioneiro no seu reconhecimento legal, previsto no Decreto nº 6.323/2007, que



regulamenta a Lei nº 10.831/03. SPG's são compreendidos como “redes formadas por agricultores/as e colaboradores/as que desenvolvem de forma participativa atividades de interesse da produção e certificação orgânica” (HIRATA; ROCHA; BERGAMASCO, 2020, p. 10).

A RMBH se destaca no cenário nacional por pautar o debate sobre a agricultura urbana e toda a multiplicidade de agriculturas metropolitanas desde meados da década de 90. No contexto regional, destaca-se a constituição da Associação Horizontes Agroecológicos (A.H.A), em outubro de 2019, que reúne uma pluralidade de agricultoras e agricultores, beneficiadoras de alimentos e produtos, colaboradoras e colaboradores no campo do consumo, da assessoria técnica e da pesquisa, de territórios metropolitanos e que manejam diferentes escalas de produção e comercialização. A A.H.A. abriga o Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade da RMBH (OPAC), que estrutura o SPG e mantém parcerias com organizações da sociedade civil REDE e Epicentro Urihi; instituições de pesquisa e ensino UFMG, Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), Fundação João Pinheiro (FJP) e Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC MG); e instituições públicas como a Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional da Prefeitura de Belo Horizonte (SUSAN/PBH) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER MG).

Em diálogo com a A.H.A. e organizações parceiras, o grupo AUÊ! iniciou um processo de acompanhamento junto a mulheres associadas, por meio de visitas técnicas, organização de intercâmbios e apoio na sistematização de registros. Para a garantia da qualidade da produção, o SPG demanda o registro das entradas de insumos, dos tratos culturais e da comercialização da produção. Para fomentar a visibilidade e o valor do trabalho das mulheres, a Caderneta Agroecológica propõe o registro da destinação da produção, a partir da anotação do que foi doado, consumido, trocado e vendido, incorporando a quantidade, o “produto” e o preço. Considerando essas duas ferramentas como mobilizadoras de uma articulação política feminista *das* mulheres e *entre* as mulheres que integram a A.H.A, foi elaborado o “Caderno de Anotações” (ver: [Caderno de Anotações 2023](#)), um instrumento que une as metodologias de registro das Cadernetas e do SPG. Surge como uma estratégia de suporte às agricultoras no processo do SPG, trazendo a dimensão da visibilização e organização da economia tecida pelas mulheres a partir de ações coletivas que envolvem a construção de laços, troca de saberes, vivências e práticas. Também aparece como uma maneira de simplificar as anotações, ao unir informações de ambas as metodologias, compreendendo os seguintes conteúdos: **Registro da entrada de insumos** (data, preço, quantidade, tipo do insumo e origem, e se é orgânico, convencional ou agroecológico); **Diário da produção** (data,



cultura/espécie, onde, o que foi feito e observações); **Diário de plantio** (data do plantio, quantidade/ cultura espécie, onde, data da previsão da colheita e observações); **Caderneta Agroecológica** (data, preço, quantidade, consumo/troca/doação/venda, cliente (no caso das vendas)).

Agricultoras e produtoras metropolitanas em movimento.

Na reflexão sobre o entrelaçamento da metodologia das Cadernetas com a metodologia do SPG, é importante considerar as especificidades do contexto urbano e, particularmente, metropolitano da RMBH. Como mencionado, há uma diversidade de sujeitas, trajetórias de vida e expressões de agriculturas no território, o que por um lado influencia no estabelecimento de diferentes relações com os instrumentos adotados e, por outro, tem estreito vínculo com a auto identificação das mulheres como um coletivo que quer fazer coisas juntas. As mulheres produzem em quintais e Unidades Produtivas Coletivas Comunitárias (UPs) atendidas pela prefeitura de Belo Horizonte, usualmente conhecidas como hortas comunitárias. De modo geral, há uma gestão comum do espaço nas UPs, mas, ao mesmo tempo, há autonomia no manejo dos canteiros e na comercialização da produção. Esses espaços estão localizados em ocupações urbanas, vilas, favelas e bairros com diferentes níveis de infraestrutura e serviços urbanos. Os sistemas produtivos compreendem hortas, hortos, agroflorestas, pomares, unidades de beneficiamento domésticas e criação animal, e a comercialização de alimentos é realizada a partir de vendas nas unidades produtivas, porta a porta, por encomendas, de cestas, em feiras organizadas pelo poder público e feiras organizadas a partir de iniciativas autogestionadas por produtoras/es e consumidoras/es. A SUSAN/PBH mantém um site com informações sobre as UPs Coletivas Comunitárias atendidas (<https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/susan>).

As dinâmicas coletivas, individuais e familiares afetam as experiências particulares de apropriação do instrumento. Os registros no “Caderno de Anotações” ajudam a lembrar e contar e, assim, apoiar a organização da produção, do consumo e da comercialização. Em uma perspectiva familiar, o registro do aporte da produção de cada uma delas no consumo familiar e o registro das horas trabalhadas nas UPs Coletivas Comunitárias possibilita respostas à família que questiona “*o que você faz tanto nessa horta fora de casa?*”. Anotar a entrada de insumos, por exemplo, ajuda a lembrar dos custos da produção, como forma de monitoramento e organização financeira, e a contar sobre as receitas aplicadas na produção. Na perspectiva coletiva, o compartilhamento dos registros e das experiências ajuda a identificar desafios e estratégias comuns, como o acesso a mudas agroecológicas, doações para o banco de alimentos e comercialização via caixa escolar no bairro. As práticas

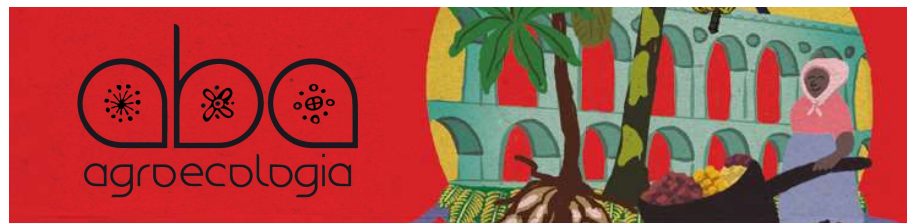


de registro das mulheres têm impulsionado um duplo processo: de reconhecimento de si e de engajamento junto às outras. Elas têm diferentes ocupações/rotinas/atribuições laborais e organizam suas vidas em torno da agricultura, do processamento da produção e da comercialização de forma combinada com outros trabalhos, atividades e atuações formais ou informais que desempenham como maneira de participação política, comunitária, profissional, sociabilidade e garantia de renda e manutenção de suas famílias, coletivos, instituições e comunidades. Importante destacar que a maioria das mulheres são negras e mais velhas, o que enriquece e politiza a construção coletiva, ao trazerem questões - à primeira vista consideradas pessoais - mas que refletem as desigualdades e injustiças estruturais da sociedade.

São, portanto, mulheres que articulam distintas identidades e muitas vezes o pertencimento à “categoria agricultoras” está em movimento e é desafiante. Há situações em que as mulheres, pela necessidade, desempenham outras ocupações - profissionais e/ou de cuidados familiares e domésticos - e se distanciam da prática da agricultura como principal atividade. Há produtoras que começaram a produzir já aposentadas, outras que passam por uma transição profissional para o trabalho agrícola. Esses contextos afetam as possibilidades de participação em espaços de reflexão e de tomada de decisão, que se conformam como importantes espaços de construção de sujeitos coletivos. Observamos que a prática de registrar e compartilhar os registros têm fortalecido a participação e protagonismo de mulheres na A.H.A. que, em sua composição, tem paridade nos cargos da diretoria, sendo 05 (50%) de 10 exercidos por mulheres. Já em relação ao quadro de pessoas associadas, as mulheres produtoras (agricultoras e processadoras) e colaboradoras - representam 67,03% do conjunto de sócias, sendo 61 mulheres e 30 homens.

Considerações finais.

Os Cadernos de Anotação têm sido utilizados de acordo com os interesses de cada agricultora e compatibilidade com as múltiplas tarefas que elas acumulam, mas de modo geral, os desafios estão diretamente relacionados à grande quantidade de informações, situação também relatada em outras experiências de SPG e Cadernetas. Além disso, ainda que no âmbito nacional exista uma longa trajetória de reivindicação dos feminismos como centralidade no campo da agroecologia, a pauta das agricultoras metropolitanas está ainda pouco consolidada nos movimentos nacionais. Por outro lado, existe uma trajetória de movimentos e organizações de mulheres nas regiões urbanas e metropolitanas que, também historicamente, não se conectaram à realidade das agricultoras da região. Essas



lacunas talvez contribuam para a incipiente organização política das agricultoras metropolitanas, em que pese sua expressiva presença na agricultura regional e a realização de algumas ações coletivas ao longo dos anos, e especialmente nos últimos 05 anos. Destacamos o Encontro de Mulheres da AMAU em 2014, a participação na plenária “Mulheres Construindo a Agroecologia Urbana” no I Encontro Nacional de Agricultura Urbana além das recentes ações conduzidas pela REDE e pelo AUÊ!/UFMG. Nesse sentido, acreditamos que essa experiência na RMBH possa contribuir tanto para a auto-organização das agricultoras na região, como para seu reconhecimento como agricultoras pelo movimento agroecológico e feminista, e também como beneficiárias de políticas públicas que considerem as especificidades e complexidades dos territórios metropolitanos.

Agradecimentos

Agradecemos ao Grupo AUÊ!, ao CTA/ZM e ao GT Mulheres da ABA, à diretoria da A.H.A, às equipes da REDE e Diretoria de Fomento à Agroecologia e ao Abastecimento (DFAB/SUSAN/PBH), Vivian Delfino e especialmente às agricultoras experimentadoras e os seguintes apoios: *Agriculturas Metropolitanas* (LOA/2020, FIOTEC/emenda parlamentar do Dep. Federal Patrus Ananias); *Perto das Mulheres, Perto da Terra*, (LOA/2021, FUNDEP/MG/emenda parlamentar da Dep. Federal Áurea Carolina) e; *Cultivando Outra Cidade e Direito Humano à Alimentação Adequada* (PROEX/UFMG).

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de Almeida. **Isto e aquilo**: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), Belo Horizonte, Minas Gerais. 2016. 356 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

GRUPO DE ESTUDOS EM AGRICULTURA URBANA - AUÊ!. **Anuário das Agriculturas Metropolitanas**: uma publicação sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 2021. v. 01. ISBN: 978-65-89335-03-0.

HIRATA, Aloisia Rodrigues; ROCHA, Luiz Carlos Dias; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. Panorama Nacional dos Sistemas Participativos de Garantia. In: HIRATA, Aloisia Rodrigues; ROCHA, Luiz Carlos Dias. **Sistemas Participativos de Garantia do Brasil**: Histórias e Experiências. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020.

NOBRE, Miriam. Cadernetas Agroecológicas Como Metodologia da Economia Feminista. In: RODY, Thalita; TELLES, Liliam. **Caderneta Agroecológica**: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2021.